

As Práticas de Auditoria Interna em uma Cooperativa de Crédito sob a Perspectiva do COSO II

Vivian Lourenço de Vasconcelos
Universidade Federal da Paraíba
E-mail: vivian_lourencoo@hotmail.com

Vera Lúcia Cruz
Universidade Federal da Paraíba
E-mail: veralc22@hotmail.com

Ramon Rodrigues dos Santos
Universidade Federal da Paraíba
E-mail: ramonrdgs@gmail.com

Klerton Andrade Freitas de Amorim
Universidade Federal da Paraíba
E-mail: klertonandrade@gmail.com

Linha Temática: Controladoria no Setor Privado

Resumo

O estudo teve por objetivo apresentar a percepção do quadro funcional de uma cooperativa de crédito de livre admissão sobre as práticas de auditoria interna em perspectiva a metodologia desenvolvida pelo COSO II. No que se refere aos procedimentos metodológicos, trata-se de estudo de caso, tendo em vista ter sido desenvolvido na empresa objeto do estudo. As informações foram coletadas através de um questionário com perguntas previstas para verificar a conformidade do controle interno da empresa com o modelo COSO II. Os dados obtidos foram tratados e trabalhados em comparação com o estabelecido pelo modelo. Participaram do estudo 16 colaboradores. Os resultados evidenciaram que de acordo com os oito objetivos estabelecidos na metodologia COSO II (ambiente de controle, definição dos objetivos, identificação dos eventos, avaliação de riscos, resposta ao risco, atividade de controle, informação e comunicação e, atividade de monitoramento) os controles e os procedimentos de auditoria interna estão de acordo ao proposto na metodologia, entretanto, evidenciou-se limitações de colaboradores alocados em funções que envolvem gerenciamento de riscos, devido a indiferença demonstrada em resposta aos questionamentos realizados, mostrando indícios da necessidade de melhoras, tendo em vista que aproximados 11% dos seus procedimentos não estão de acordo com o modelo, e, considerando que o segmento está relacionado com a administração de recursos de terceiros, uma maior aderência aos procedimentos de controle interno acresceria segurança aos seus cooperados.

Palavras-chave: COSO II; Controle; Auditoria Interna.

1. Introdução

Conforme o *World Council of Credit Unions - WOCCU* (2015) na América Latina o Brasil representa o maior número de cooperativas de crédito com atividade financeira e

transaciona o maior volume de recursos. De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2016), o crescimento de 2006 a 2014 na base de associados do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo foi de 171%, e com relação ao volume de ativos no mesmo período, o aumento foi de 590%.

Com a expansão das cooperativas de crédito, os processos internos demandam um maior gerenciamento nos riscos, que por sua vez, para o *Committe of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – COSO II (2013, p. 54) é denominado como “a possibilidade de que um evento ocorra e prejudique a realização dos objetivos”. Neste contexto, a Resolução nº 4.454, de 17 de dezembro de 2015, que dispõe sobre auditoria cooperativa no segmento de cooperativas de crédito, destaca em seu artigo 3º que o processo de auditoria deve abranger tanto a avaliação da instituição objeto de auditoria em relação ao atendimento dos dispositivos legais e regulamentadores quanto as regras e práticas de governança e controles internos.

A observância de que a auditoria está instituída para ser um instrumento de avaliação dos procedimentos dos controles, está corroborada pelo órgão *The Institute of Internal Auditors* - IIA (2016) que resume Auditoria Interna como uma atividade de avaliação independente e de assessoria a gestão, desenvolvida de forma sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia da gestão de riscos dos processos de governança e controles.

Quanto aos controles, a obra *Internal Control – Integrated Framework* do *Committe of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – COSO (Comitê das Organizações Patrocinadoras) é referência para as organizações avaliarem e melhorarem os relatórios financeiros de controles internos e governança corporativa (STUART, 2014).

Logo, a auditoria interna compreende a avaliação e adequação de controles internos, interpretando os riscos, seus impactos e a probabilidade da sua ocorrência, de modo, a propiciar controles eficazes que auxiliam aos administradores. Nessa perspectiva, a referência é a metodologia COSO que sugere um modelo integrado para monitorar, avaliar e melhorar os controles internos. Diante do exposto, essa pesquisa chegou ao seguinte questionamento: Qual a percepção do quadro funcional de uma cooperativa de crédito de livre admissão sobre as práticas de auditoria interna, com base nos preceitos da metodologia COSO II?

Para alcançar este questionamento, a presente pesquisa buscou comparar os componentes da metodologia COSO II com a percepção do quadro funcional na respectiva unidade de caso, evidenciando as divergências e aderências da auditoria interna em relação ao COSO II, e durante e ao final do artigo, confrontar os resultados encontrados com os estudos correlatos.

Dentre as pesquisas encontradas, evidencia-se o trabalho de Zanette (2009) e Carpes e Oro (2010), assim ao se juntar aos trabalhos mencionados, a presente pesquisa se justifica sob o ponto de vista teórico tendo em vista que ela pode contribuir para fomentar o estudo sobre a aplicação do COSO II em cooperativas de crédito e contribui para evidenciar o nível de controle interno empregado por este segmento. Por fim, espera-se que os resultados desse estudo sejam correlacionados com as pesquisas anteriores, subsidiando e amparando as pesquisas de outros estudos, buscando contribuir como instrumento de consulta para futuras investigações ou reforçando pesquisas existentes relacionadas ao tema.

2. Referencial Teórico

2.1. Cooperativas de Crédito e a Auditoria Interna

A cooperação entre os homens foi utilizada desde a antiguidade, é o mecanismo pelo qual a sociedade se organiza, através de ajuda mútua, da cooperação, da solidariedade, para resolver diversos problemas arrolados ao seu cotidiano. Com isso, nas Sociedades Cooperativas, “o cooperado é ao mesmo tempo dono e usuário da cooperativa: enquanto dono

vai administrar a empresa e enquanto usuário vai utilizar os serviços” (PINHEIRO, 2008; SEBRAE, 2016).

Dentre estas sociedades, as cooperativas de crédito são instituições financeiras que possuem como objeto a prestação de serviços financeiros aos cooperados, promovendo a poupança e financiando as necessidades e empreendimentos dos seus associados, com a ressalva de que os valores agregados pelas cooperativas de crédito são revertidos para os associados, por meio das relações comerciais entre os cooperados e a cooperativa. Esta dimensão influencia diretamente o crescimento destas instituições, uma vez que crescendo financeira e economicamente, geram condições para a expansão da sua atuação e do seu portfólio de produtos e serviços financeiros aos seus cooperados (FREITAS; FREITAS, 2014; MEINEN; PORT, 2014).

Diante da expansão e da procura pelos serviços destas instituições, uma vez que dentre os aspectos supracitados, estas também oferecem custos e taxas de juros mais baixos quando comparados aos praticados pelo sistema bancário (BRESSAN et al., 2011), são necessários procedimentos internos que propiciem a adequação da gestão aos objetivos da entidade, ora passando por um acompanhamento que verifiquem a aderência às normas. Neste aspecto, este controle gerencial deve ser realizado pela auditoria interna.

Nas cooperativas de crédito, a auditoria interna tem o papel de assessoramento da alta administração e gestores, fornecendo recomendações corretivas e preventivas à exposição aos diversos riscos de uma instituição, além disso, os órgãos reguladores emitem normas, que impõem padrões mínimos de identificação, avaliação e controle (VIER, 2009). Em complemento, a Resolução nº 4454/15 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que dispõe sobre a atividade de auditoria no segmento de cooperativas de crédito, destaca que as Cooperativas Singulares e Centrais de Crédito, além das Confederações de Centrais devem ser objeto de auditoria cooperativa ao menos uma vez no ano.

Com isso, nestas instituições, a auditoria interna atua assessorando a administração com recomendações e metodologias corretivas e preventivas à exposição aos diversos riscos, principalmente aqueles voltados para a avaliação do cumprimento de regulamentos, instruções e políticas definidas pelos órgãos de gestão da cooperativa. Consoante Maia et al. (2005) uma destas metodologias geralmente aceita como estrutura para os controles internos das organizações e empregada para avaliar a eficácia dos sistemas de controles internos e ora proposta neste trabalho, é o modelo de referência COSO II.

2.2. O Modelo de Referência COSO II

O COSO tornou-se referência mundial para as empresas e outras organizações implantarem e aperfeiçoarem seus sistemas de controles internos, uma vez que por meio de seus processos viabiliza as operações das empresas através do desenvolvimento de um *framework* que tem a capacidade de analisar e aprimorar aspectos relacionados aos riscos das entidades (SCHMIDT; SANTOS, 2006; OLIVEIRA; LINHARES, 2007; ELIAS, 2010).

Originada em 1992, esta comissão fora transformada em Comitê e publicou o trabalho intitulado *Internal Control – Integrated Framework*, também denominado como COSO I, ora constituído por representantes das cinco principais associações de classe de profissionais ligados à área financeira nos Estados Unidos. Em 2004, o Comitê publica uma versão melhorada deste documento, denominada de *Enterprise Risk Management – Integrated Framework*, também conhecido como ERM ou COSO II (RONCALO, 2009; FARIAS; DE LUCA; MACHADO, 2010)

Com intuito de atingir os objetivos fundamentais instituídos na missão da organização, conforme o COSO (2013), o padrão estrutural recomendado no modelo vislumbra que a gerência do risco deve determinar as estratégias (*strategic*), empregando de maneira eficiente

e eficaz seus recursos (*operations*), refletindo por meio de relatórios as decisões e resultados (*reporting*) e sobrepondo-se às operações da empresa de acordo com leis e regulamentos. Esse modelo está representado na Figura 1.



Figura 1 – Matriz tridimensional, Cubo COSO ERM.

Fonte: Elias, 2010.

Percebe-se que o modelo é representado em formato de uma matriz tridimensional de gerenciamento do risco, integrando os elementos que compõem o COSO II. Para Carvalho Neto e Silva (2009, p. 13):

A face superior do cubo expõe os objetivos que devem ser objeto do gerenciamento de risco; a face frontal representa os componentes do gerenciamento de riscos, ou, o que é necessário fazer para atingir os objetivos; a face lateral representa os níveis da organização objetos da gestão de riscos. Observe-se que a visão integrada dos elementos do modelo demonstra o contexto das ações da direção ao gerenciar os riscos da organização. Pode-se, assim, vislumbrar essa gestão tanto ao nível da entidade como um todo, como para cada parte que a compõe: objetivos, riscos e controles da organização como um todo; objetivos, riscos e controles de uma divisão, unidade de negócio, departamento ou seção da organização; objetivos, riscos e controles de um macroprocesso, processo ou de uma atividade.

Com isso, a metodologia COSO II, disponibiliza às organizações uma estrutura para gestão de risco, instituindo condições para um sistema eficaz de controle interno, visando gerar segurança aceitável na realização dos objetivos (COSO, 2013). Deste modo, um sistema de controle interno eficaz diminui a um nível admissível os riscos de não conseguir atingir as finalidades aspiradas pela organização.

2.3. Estudos Correlatos

Pesquisas empíricas foram realizadas a fim de se analisar sobre a aplicação da metodologia COSO em cooperativas de crédito. Essas pesquisas, em sua essência, buscaram evidenciar sobre os controles internos e sua eficiência em cooperativas de crédito. Dentre estes, o presente artigo aborda os estudos de Cecon et al. (2015), Utzig (2012), Silva (2013), Krening (2014) e Lorenzi (2011).

Cecon et al. (2015) verificou a percepção dos gestores, que atuam em cooperativas de crédito de Santa Catarina com relação à eficácia do controle interno, tendo como base a metodologia COSO. Os resultados explanaram que na percepção dos gestores as cooperativas de crédito analisadas são eficazes em seus controles internos conforme os princípios estabelecidos no método COSO.

Em pesquisa desenvolvida por Utzig (2012) fora verificado a visão dos agentes de controle interno com relação à estrutura de controle interno de uma cooperativa de crédito do estado de Santa Catarina, tendo como base para construção do instrumento de coleta de dados a proposta metodológica COSO, os resultados indicaram a fragilidade na comunicação no ambiente organizacional estudado, apontando para um processo de comunicação a ser melhorado.

Silva (2013) também evidenciou em um estudo de caso, fragilidades no sistema de controle interno de uma cooperativa de crédito, demonstrando a necessidade de aperfeiçoar o sistema de controle interno da empresa objeto de estudo a partir dos componentes descritos pelo COSO, tendo em vista mitigar os riscos na área e proporcionar maior credibilidade a cooperativa. Também observou que apesar da cooperativa seguir as regulamentações do Banco Central do Brasil sua política de controles internos possuía falhas e que para resolver essas falhas seriam necessárias atuações por parte de seus responsáveis através da edição de normas e fiscalizações mais atuantes.

Nesse sentido, uma pesquisa realizada por Krening (2014) explana que para descrever o arcabouço legal que rege as cooperativas de crédito no Brasil no que tange à determinação do modelo de controles internos, recorre-se a Resolução CMN n° 2.554/98 e circular CMN n° 3.467/09, tidas como exemplos claros e formais da adoção da estrutura conceitual COSO como *framework* de controles internos. Assim, a pesquisa buscou investigar a adoção pelas cooperativas de crédito do estado de São Paulo à circular CMN n° 3.467/09, concluindo a necessidade de um maior envolvimento da administração com relação à cultura de controle e formalização de políticas e procedimentos.

Por fim, Lorenzi (2011) propõe uma estruturação de uma rotina de verificação de auditoria interna com base na metodologia COSO. Com este estudo, evidenciou-se a carência da organização em implantar melhorias em algumas atividades, setores e até nas suas unidades externas, de maneira a tornar-se rotina de averiguação periódica dos mesmos, ocorrendo prevenção de fraudes e/ou irregularidades nas execuções das atividades da entidade e assim alcançar os objetivos traçados pela organização.

3. Metodologia

3.1. Unidade de Caso e Instrumento de Pesquisa

Com intuito de diagnosticar e analisar a percepção do quadro funcional de uma cooperativa de crédito de livre admissão sobre as práticas de auditoria interna em perspectiva a metodologia desenvolvida pelo COSO II, foi realizado um estudo de caso, aplicando questionários baseados no modelo aos funcionários do setor de controladoria de uma cooperativa singular de livre admissão na cidade de João Pessoa, em um total de dezesseis colaboradores, com dezesseis respondentes.

O questionário foi dividido em duas partes. Em um primeiro momento, com o intuito de conhecer o perfil característico de cada pessoa, a parte A dos questionários buscou levantar algumas informações relacionadas às características do respondente, além da sua formação acadêmica, função e tempo em que trabalha na cooperativa.

Em linhas gerais, traçando uma média dos respondentes para obtenção do seu perfil, os respondentes em sua maioria possuem ensino superior com formação em Ciências Contábeis e Gestão Financeira, além de trabalharem na empresa há mais de cinco anos, destacando aspectos e *know-how* condizentes com a área de atuação da cooperativa de crédito estudada. Entretanto, em um segundo momento, quando questionados sobre a percepção do quadro funcional da amostra estudada quanto à identificação em auditoria interna com relação aos preceitos fundamentados no COSO II, foi observado que os sete colaboradores que atuam na função de auxiliar administrativo não responderam esse quesito.

Com isso, neste item de análise foram retirados do cálculo percentual apresentado *a posteriori*, considerando que os mesmos não têm acesso ao relatório de auditoria, e, os demais respondentes, possuem o conhecimento técnico que abrange o questionamento abordado na parte B do instrumento de pesquisa.

A parte B do questionário proposto nesta pesquisa, que contou com questões fechadas, foram subdivididas de acordo com os componentes do COSO II e respondidas com “sim”, “não” e “indiferente”, conforme a percepção na rotina da cooperativa, também constou de espaço aberto para observações e comentários. O questionário foi elaborado através da adaptação dos estudos referenciados e o COSO II, composto por 8 componentes, totalizando 34 itens, subdivididos de acordo com a abordagem do COSO II. Estes componentes estão relacionados ao ambiente de controle, definição dos objetivos, identificação dos eventos, avaliação e resposta ao risco, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento.

3.2. Análise dos Dados

Em relação à análise dos dados, foi realizada coleta através da aplicação do questionário, logo, foram utilizadas medidas quantitativas (frequências) para a tabulação dos dados realizados em planilhas eletrônicas, após foi elaborado gráfico e quadros evidenciados em percentuais para cada componente, e cada pergunta totaliza 100% correspondente aos procedimentos corretos. A realização da interpretação dos dados analisados foi levantada através de percentuais às respostas dos dezesseis respondentes para cada componente, através de uma regra de três simples para chegar à porcentagem equivalente da mesma, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Cálculo da Porcentagem Equivalente

x (%)	Total das porcentagens das respostas encontradas pelos respondentes
100%	Total das perguntas multiplicado por 100

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Com isso, o total das perguntas que foram multiplicados por 100 para verificar o total da pontuação máxima e essa pontuação correspondeu a 100%. Em seguida uma incógnita (x) correspondeu ao total da pontuação equivalente com os resultados encontrados das respostas, realizando uma regra de três simples para chegar à porcentagem equivalente a cada componente. Os procedimentos que estão de acordo com o modelo correspondem a 100%.

4. Análise dos Resultados

O Quadro 2 concentra as informações sobre ambiente de controle o que representa toda a organização com sua estrutura funcional, assim como também, demonstra o desenvolvimento da política de gestão de pessoas e a aplicação do código de ética e conduta para promover o entendimento dos princípios institucionais aos colaboradores.

Quadro 2 – Ambiente de Controle

Ambiente de Controle	Sim	Não	Indiferente	Identificado Em Auditoria	
				Sim	Não
A Cooperativa possui organograma com definição de funções e descrição das competências de cada serviço?	100%	-	-	100%	-

(Continua)

Quadro 2 – Ambiente de Controle (Continuação)

Ambiente de Controle	Sim	Não	Indiferente	Identificado Em Auditoria	
				Sim	Não
A Unidade Cooperativa adota a política de realizar rodízios de função?	88%	13%	-	67%	33%
Existem políticas e ações que antevêm a substituição de servidores que aposentam ou passam em concurso, a fim de evitar o risco da perda do conhecimento organizacional?	38%	50%	13%	44%	56%
Existem ações para desenvolver e capacitar os colaboradores?	100%	-	-	44%	56%
Existe código formalizado de ética ou de conduta da Unidade?	100%	-	-	100%	-
Os funcionários são comunicados qual o padrão de conduta e ética a serem seguidos?	94%	6%	-	100%	
São realizadas reuniões frequentes entre a Direção da Unidade e o corpo administrativo para solução de problemas, para acompanhar os objetivos propostos, os resultados auferidos e a correção de rumos?	94%	6%	-	22%	78%

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2016.

O Quadro 2 evidencia a existência de organograma, código de ética e a sua comunicação ao quadro funcional, onde nenhum dos entrevistados apontou que os mesmos não são identificados em auditoria interna na cooperativa de crédito investigada. Com relação à capacitação profissional ofertada pela organização, à realização de reuniões de alinhamento de objetivos e a adoção de uma política de gestão baseada em rodízios de funções os respondentes aferiram positivamente quanto à adoção destas práticas pela cooperativa, entretanto não avaliaram satisfatoriamente estes itens como pontos identificados em auditoria interna, média de 44% apenas.

Os 13% que mencionaram ser indiferentes com relação às políticas que se antevêm com intuito de evitar o risco da perda do conhecimento, trata-se de um colaborador na função de auxiliar administrativo e um centrado como *controller*, que tem como função interagir com os vários departamentos, mas registrou nas observações: “não tenho conhecimento desta informação”.

Conforme os dados apresentados no Quadro 2, constatou-se que, no que se refere ao componente ambiente de controle, segundo os respondentes, a empresa possui 88% dos seus procedimentos realizados conforme o COSO II, mas a auditoria interna verifica em seus procedimentos 68% do ambiente de controle. De acordo com o COSO (2013), o ambiente de controle é o alicerce para a condução do controle interno de toda a organização. Logo, este componente sendo aprimorado nos processos de identificação em auditoria nas cooperativas, levaria a uma melhor condução do seu controle interno.

O próximo componente, relacionado à definição dos objetivos, apresenta procedimentos para verificar se a cooperativa apresenta um bom desempenho em relação aos objetivos da entidade. Os resultados estão evidenciados no Quadro 3.

Quadro 3 – Definição dos Objetivos

Definição dos Objetivos	Sim	Não	Indiferente	Identificado Em Auditoria	
				Sim	Não
Os objetivos são explícitos a todos os níveis organizacionais?	88%	6%	6%	89%	11%
Os objetivos da cooperativa estão sendo cumpridos?	94%	-	6%	100%	-
As metas e objetivos da cooperativa estão claramente identificados?	94%	-	6%	100%	-

(Continua)

Quadro 3 – Definição dos Objetivos (Continuação)

Definição dos Objetivos	Sim	Não	Indiferente	Identificado Em Auditoria	
				Sim	Não
São identificados os possíveis riscos que afetam os objetivos estratégicos, considerando suas implicações quanto a missão/visão da Cooperativa?	88%	6%	6%	78%	22%
A cooperativa dispõe de processo (s) que alinhe os objetivos estratégicos com a missão e assegure que os mesmos sejam alcançados?	100%	-	-	100%	-

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2016.

No que se refere à definição dos objetivos, os dados coletados no Quadro 3 demonstraram que 88% dos respondentes consideram que os objetivos estão explícitos a todos os níveis organizacionais, percentualmente igual, foi considerado que a cooperativa identifica os possíveis riscos que afetam os objetivos estratégicos. Simultaneamente 94% apontam que as metas e objetivos estão claramente identificados e os objetivos estão sendo cumpridos. De modo, os dados evidenciam que há um cumprimento do que é traçado, estando claramente identificados e explícitos a todos os participantes da cooperativa, considerando também os riscos.

Com relação ao percentual de colaboradores que elucidaram ser indiferentes na abordagem definição dos objetivos, pode-se citar que se trata de funcionários do quadro funcional que estão postos no setor de controladoria, estando nas funções de *controller*, auxiliar administrativo e um coordenador. Essa abordagem, que conforme o COSO (2007) todos os funcionários, independentemente do nível, necessitam entender o que deverá ser realizado (objetivos) e, mesmo, dispor de meios de mensuração daquilo que está sendo realizado. Constata-se uniformidade no que se refere à média calculada quanto à percepção na definição dos objetivos pela cooperativa (94%) e ao que auditoria interna identifica nessa abordagem (94%), evidenciando que neste componente a auditoria interna encontra-se fundamentada conforme a metodologia COSO II.

O próximo componente relaciona acontecimentos internos e externos que podem ajudar ou dificultar o desenvolvimento das atividades. Os resultados estão traçados no quadro 4.

Quadro 4 – Identificação dos Eventos

Identificação dos Eventos	Sim	Não	Indiferente	Identificado Em Auditoria	
				Sim	Não
São identificados os eventos potenciais que afetam a execução das estratégias ou a realização dos objetivos da Cooperativa?	94%	-	6%	89%	11%

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2016.

Segundo o Quadro 4, constatou-se que 94% dos procedimentos adotados pela cooperativa com a identificação dos eventos de forma eficiente estão de acordo com a metodologia COSO II, comparativamente a auditoria interna identifica 89% em seus processos. Quanto aos 6% que explanaram indiferença na abordagem identificação dos eventos pode-se citar que foi um colaborador que atua na função de coordenador, uma liderança gerencial, que se mostrou indiferente quanto ao conhecimento na rotina da cooperativa sobre a identificação de eventos potenciais que afetam a execução das estratégias ou a realização dos objetivos da Cooperativa.

Na análise da avaliação de riscos incorridos na cooperativa, estão concentradas informações além dos preceitos da metodologia COSO II, porém, são assuntos de relevância

existentes no ramo de cooperativismo de crédito com relação a riscos, como as diretrizes referendadas pela Resolução nº 2.682 de 1999 que trata sobre riscos em operações de crédito e a Resolução nº 3.380 de 2006 que versa sobre riscos operacionais. Destaca-se as duas resoluções citadas por serem as mais referenciadas quanto ao gerenciamento do risco para a cooperativa de crédito. Os resultados sobre evidências na avaliação do risco, estão expostos no Quadro 5.

Quadro 5 – Avaliação do Risco

Avaliação do Risco	Sim	Não	Indiferente	Identificado Em Auditoria	
				Sim	Não
A Cooperativa identifica os riscos de detecção que ameacem o seu patrimônio?	100%	-	-	100%	-
São estimados o potencial impacto dos riscos e a probabilidade de ocorrências deles?	94%	-	6%	89%	-
A Cooperativa leva em consideração plenamente as diretrizes arroladas pela Resolução nº 2.682/1999 do BCB quanto ao risco nas operações de crédito?	94%	-	6%	100%	-
E quando se refere sobre os riscos operacionais, de acordo com a Resolução nº 3.380/2006 do BCB, é avaliado possibilidade de ocorrência?	100%	-	-	89%	11%
Em relação aos riscos de mercado, de liquidez, legal, são avaliados constante e assiduamente pela Cooperativa?	100%	-	-	100%	-
E, considerado a potencial ocorrência de fraudes (internas e externas) nas avaliações dos riscos e áreas de elevados riscos?	100%	-	-	100%	-

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2016.

Através dos dados coletados exposto no Quadro 5 evidenciou-se unanimidade no que se refere à identificação e análise dos riscos que ameaçam o patrimônio, dos riscos de mercado, liquidez, legal, entre outros e no que se trata de análise de ocorrências de fraudes em áreas de potenciais riscos, isso foi 100% na percepção tanto para práticas usadas na cooperativa como para identificação em auditoria interna. Além disso, os resultados apresentados no Quadro 5 evidenciam segundo os respondentes, representando 94%, que a cooperativa estudada avalia potencialmente os impactos dos riscos e a probabilidade de ocorrências deles, 89% afirmam que a auditoria interna verifica este item, os demais responderam ser indiferente ao questionamento. O percentual de indiferentes trata-se de um *controller*, estabelecido na controladoria da cooperativa, setor que está diretamente associado ao controle de riscos na cooperativa, porém, ressalta-se que o colaborador demonstrou ser indiferente para questionamentos que envolvem a avaliação dos riscos.

Em complemento, de acordo com o Quadro 5, perguntou-se aos colaboradores da amostra, quanto ao cumprimento das diretrizes arroladas pela Resolução nº 2.682 de 1999, acerca do risco nas operações de crédito, e com referência à Resolução nº 3.380 de 2006. Dos 97% dos respondentes avaliaram que a cooperativa atende as resoluções, enfatiza-se na área designada para comentários no que se refere à Resolução nº 3.380/06 “gestão por sistema de informática adquirido com esta finalidade”. Comparativamente 94% dos pesquisados consideram que a auditoria interna identifica as diretrizes referendadas por aqueles normativos, em se tratando dos riscos que possam ocorrer ao longo da operação de crédito e os riscos operacionais. Assim, evidencia-se por força de normas dos órgãos reguladores, que o resultado é satisfatório.

Dessa forma, ao se fazer uma leitura das respostas, constata-se que a avaliação dos riscos identificada em auditoria interna foi considerada boa, apresentando uma média de afirmativas de 96% dos respondentes. A referida avaliação indica um fortalecimento da

auditoria interna e sua imagem associada positivamente à mitigação de riscos. Complementando a questão da avaliação de riscos, o modelo contempla a resposta que é dada no que se refere à resposta ao risco. Dessa forma o próximo componente visa identificar procedimentos para evitar que os riscos comprometam o desenvolvimento das atividades da entidade, sua continuidade entre outras. As respostas estão dispostas no Quadro 6.

Quadro 6 – Resposta ao Risco

Resposta ao Risco	Sim	Não	Indiferente	Identificado Em Auditoria	
				Sim	Não
Os Gestores consideram os riscos adicionais que podem surgir a partir de uma tomada de decisão?	88%	-	13%	89%	11%
Em resposta ao risco, a Cooperativa considera a partir de uma perspectiva de toda a Entidade?	100%	-	-	100%	-
Ao avaliar as respostas aos riscos a administração considera seus efeitos sobre a probabilidade e o impacto positivo e negativo?	88%	-	13%	89%	11%
Existem métodos que dificultem a possibilidade da Cooperativa ser roubada ou furtada pelos funcionários?	100%	-	-	100%	-

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2016.

Constatou-se que, segundo os respondentes a resposta ao risco da empresa estudada apresenta uma média igual de 94% para os procedimentos aplicados na cooperativa e identificados em auditoria interna conforme o COSO II, com base nos dados obtidos dos componentes apresentados no Quadro 6, evidencia-se que os 94% podem estar relacionados a riscos conhecidos pela empresa, tendo em vista que segundo o Quadro 5, 98% dos riscos são detectados pela cooperativa e 96% são identificados em auditoria.

No que se refere aos pesquisados que expuseram ser indiferentes, constatou-se que se trata novamente de funcionários que exercem a função de *controller* e auxiliar administrativo. A ocorrência de respostas aos riscos de forma positiva como é demonstrado no Quadro 6 está relacionada diretamente com a decisão tomada, evidenciando assim, a existência de um setor de controladoria que consiste em adotar medidas preventivas frente aos riscos. Na sequência, foram questionados sobre o componente atividades de controle, tendo em vista que o controle quando bem executado na empresa tende a ajudar no desenvolvimento da empresa em diversos aspectos. As respostas obtidas estão apresentadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Atividades de Controle

Atividades de Controle	Sim	Não	Indiferente	Identificado Em Auditoria	
				Sim	Não
Na Cooperativa há atividades de controle, necessárias a assegurar que estejam sendo realizadas corretamente e de maneira oportuna os eventos, processos e atividades?	100%	-	-	67%	33%
As políticas e procedimentos são estabelecidos e comunicados para toda Cooperativa, em todos os níveis e através de todas as funções e pessoas?	88%	13%	-	78%	11%
É desempenhado de forma uniforme as atividades de controle preventivo, detectivo, manual, computacional e de gerência, na realização dos procedimentos e operações realizadas pela Cooperativa?	100%	-	-	100%	-
Existe adequada segregação de funções nos processos da cooperativa, ou seja, separação entre as funções de autorização/aprovação de operação, execução, controle e contabilização?	100%	-	-	100%	-

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2016.

As atividades de controle visam atenuar os riscos identificados, para isso, se faz necessário, verificar se estão sendo realizados corretamente e de maneira oportuna os eventos, processos e atividades. Constatou-se a partir do Quadro 7 que os respondentes consideram realizados estes itens na cooperativa. Entretanto, pouco mais da metade dos respondentes consideram que a auditoria interna identifica este item nos processos. No que tange as políticas e procedimentos estabelecidos e comunicados para toda a cooperativa, em todos os níveis e através de todas as funções e pessoas, foi apontado por 88% dos respondentes como realizado na cooperativa e 13% mencionaram que “não”.

O total de respondentes inferiu tanto na avaliação dos processos na cooperativa como verificado em auditoria interna quanto à segregação de funções e atividades de controle preventivo, detectivo, manual, computacional e de gerência, na realização dos procedimentos e operações. De modo, nessa abordagem foi ponderada por 97% como adotado na cooperativa, mas sendo identificada apenas em auditoria interna a média de 86%. Desta forma, a auditoria interna não abrange totalmente o ambiente atividades de controle em seus processos conforme o COSO II.

No que se refere ao componente informação e comunicação, o modelo alinha de maneira a tentar compreender a seriedade de que o quadro funcional considera, sobre a coleta e geração de dados relacionados aos processos de controles pertinentes à cooperativa. As respostas estão dispostas no Quadro 8.

Quadro 8 – Informação e Comunicação

Informação e Comunicação	Sim	Não	Indiferente	Identificado Em Auditoria	
				Sim	Não
Os dados e as informações gerados por sistemas de informática são confiáveis e fornecidos oportunamente?	100%	-	-	100%	-
As informações pertinentes são identificadas, coletadas e comunicadas de forma coerente e tempestivamente a fim de permitir que as pessoas realizem e cumpram as suas responsabilidades?	100%	-	-	100%	-
Existem canais abertos de comunicação de informações relevantes e disposição de ouvir, que englobe todos e toda a estrutura funcional da Cooperativa?	94%	-	6%	56%	44%

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2016.

Na compilação dos dados, conforme o Quadro 8, percebe-se que todos os respondentes atribuíram “sim” para a aplicação na cooperativa e a identificação em auditoria interna quanto ao questionamento sobre a confiabilidade nas informações geradas pelos sistemas de informática e com relação as informações pertinentes que são identificadas, coletadas e comunicadas de forma coerente e tempestivamente aos colaboradores com fim de permitir que se cumpram as responsabilidades. Quando se indagou aos entrevistados sobre a existência de canais de comunicação fora do costumeiro, foi a prerrogativa mais crítica perante opiniões do quadro funcional com relação à identificação em auditoria, pois 44% responderam “não”. Comparativamente divergente com a adoção desse procedimento na cooperativa que foi afirmado por 94% dos respondentes.

Ainda sobre o questionamento se existe canais de comunicação fora do costumeiro, um coordenador explanou ser indiferente com relação à pergunta, postura desarmônica com a função exercida, pois trata-se de uma única explanação diferente dos demais colaboradores, presume-se que funcionário com responsabilidade de gestão deve ter conhecimento sobre os canais de comunicação na cooperativa. A média geral encontrada referente à percepção do quadro funcional em relação aos três questionamentos relacionadas ao componente

Informação e Comunicação foi de 98% com relação à rotina na cooperativa, entretanto, a média da percepção quanto ao verificado em auditoria foi de 85%.

No último bloco da pesquisa, expõe a percepção do quadro funcional quanto ao monitoramento, responsável por identificar as deficiências internas e repassá-las a gerência. Por meio da implantação do monitoramento e acompanhamento foi possível comprovar, a efetividade dos controles internos. As respostas coletadas estão apresentadas no Quadro 9.

Quadro 9 – Monitoramento

Monitoramento	Sim	Não	Indiferente	Identificado Em Auditoria	
				Sim	Não
São desempenhadas atividades contínuas de monitoramento e/ou supervisão, dos processos operacionais, atividades e serviços nas Cooperativas?	100%	-	-	100%	-
A supervisão e/ou monitoramento são conduzidos tempestiva e dinamicamente para a tomada de decisão?	94%	6%	-	100%	-
A segregação das atividades atribuídas aos integrantes da instituição são monitoradas de forma que sejam evitados os conflitos de interesses e os meios que prejudiquem nos desempenhos funcionais?	100%	-	-	100%	-
As deficiências identificadas capazes de afetar de modo geral a Cooperativa, são relatadas às pessoas com condições de tomar medidas necessárias e corretivas?	88%	-	13%	100%	-

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2016.

Constatou-se a partir do Quadro 9 que a atividade de identificação em auditoria interna foi apontada por todos os respondentes e com média geral de 95% nas rotinas estabelecidas na cooperativa. Este resultado é considerado satisfatório, uma vez que a atividade de monitoramento é uma importante ferramenta de gestão da cooperativa.

E como uma ferramenta de gestão na cooperativa, foi evidenciado na pesquisa que um coordenador, com papel gerencial, demonstrou ser indiferente para responder sobre o questionamento da identificação de deficiências que afetam de modo geral a Cooperativa, se estas são relatadas às pessoas com condições de tomar medidas necessárias e corretivas. Logo, os resultados implicam na verificação da certificação da presença e do funcionamento de cada um dos oito componentes do controle interno e sinaliza que cada um destes componentes é averiguado dentro da cooperativa de crédito estudada, entretanto alguns colaboradores com funções estratégicas, como coordenador e *controller* apresentaram respostas como “indiferentes” quanto a abordagens da metodologia COSO II que são intrínsecas a função que desempenham na cooperativa.

De modo, a auditoria interna deve dedicar-se mais atenção à gestão dos componentes ambiente de controle, atividades de controles e informação e comunicação para garantir um melhor funcionamento de seus controles, conforme menciona a metodologia COSO II, um sistema eficaz de identificação, coleta e comunicação da informação é essencial para o bom funcionamento dos controles internos.

5. Conclusão

O presente estudo possibilitou visualizar o posicionamento do quadro funcional de uma cooperativa de crédito de livre admissão sobre as práticas de auditoria interna em perspectiva a metodologia desenvolvida pelo COSO II. Para isso, foram aplicados questionários a dezesseis funcionários do setor de controladoria, que buscaram destacar cada componente da metodologia COSO II, relacionados ao ambiente de controle, definição dos

objetivos, identificação dos eventos, avaliação e resposta ao risco, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento.

Com os percentuais encontrados em cada componente em relação ao modelo, foi montado o Gráfico 1 com intuito de comparar os resultados obtidos dos componentes verificados em auditoria interna da cooperativa em relação ao modelo COSO II, mostrando os percentuais de divergência e aderência.

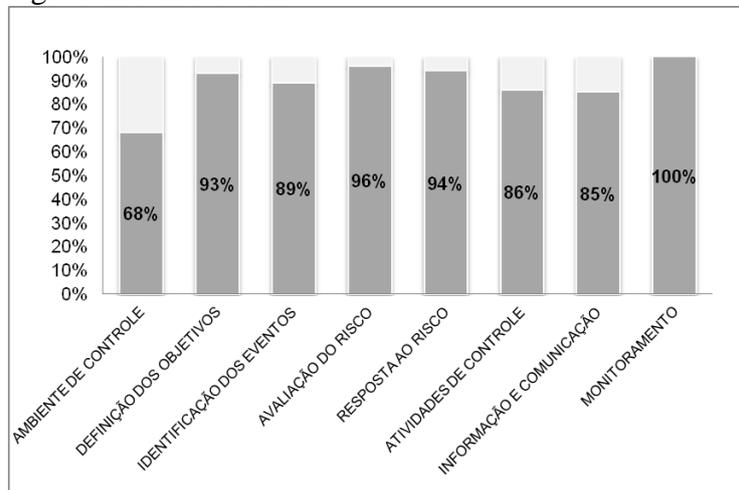


Gráfico 1 – Comparativo dos procedimentos da auditoria interna em relação ao COSO II

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2016.

Considerando os dados levantados, evidencia-se que os resultados dos 8 pontos de monitoramento do COSO II, 1 ponto conseguiu atingir os 100% foi com relação ao monitoramento. Os pontos que apresentaram situações que não conseguiram atingir os 100% foram: o ambiente de controle (68%), a definição dos objetivos (93%), a identificação dos eventos (89%), avaliação do risco (96%), resposta ao risco (94%), atividades de controle (86%) e a informação e comunicação (85%). Com base nos resultados obtidos constatou-se que a aderência da auditoria interna da cooperativa com o respectivo modelo COSO II, de forma percentual representou 89% quando comparado aos procedimentos do respectivo modelo.

Apesar das ressalvas levantadas ao longo das análises dos componentes, visualiza-se de acordo com o Gráfico 1, uma certa predominância de alocação de percentuais máximos a todos os componentes pesquisados, corroborando com estudo realizado por Zanette (2007) sobre controle interno no cooperativismo de crédito baseado nos componentes da metodologia COSO, em que constatou médias percentuais altas com relação as ações desempenhadas de controles fundamentados pela metodologia COSO, mesmo percebendo que colaboradores não compreendem os conceitos de controles, mas fazem jus as ações desempenhadas. Cecon et al. (2015) também encontrou resultados legitimando as implicações dessa pesquisa, uma vez que apontou eficiência dos controles internos de cooperativas de crédito de Santa Catarina, tendo como base de análise, a metodologia COSO, isso na percepção dos gestores.

Percebe-se com base nos resultados apresentados e estudos correlatos que as cooperativas de crédito possuem estruturas de controles, aqui compreendendo a auditoria interna como forma de controle, em condições de analisar os processos e gerenciamentos de riscos adequadamente, cabendo evidenciar também, a atuação dos órgãos reguladores com exigências de controles nas instituições financeiras que contribuem para que as cooperativas conheçam os seus processos críticos, e, tenham condições de controlá-los para evitar perdas financeiras e a ocorrência de riscos imprevistos, uma vez que o segmento está relacionado com o gerenciamento de recursos de terceiros. Considerada a delimitação da pesquisa e da limitação em seu respectivo instrumento, é pertinente a replicação desta pesquisa através de

estudos multicaseiros em outras cooperativas de crédito, buscando fomentar ou contrapor com os resultados apresentados nesta pesquisa.

Referências

- BRASIL. Banco Central do Brasil. *Resolução nº 2.554*, de 1998. Dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos. Brasília, DF. Disponível em: <<http://goo.gl/6z8A0Q>> Acesso em: 20 jan. 2016.
- _____. Banco Central do Brasil. *Resolução nº 4.454*, 2015. Dispõe sobre auditoria cooperativa no segmento de cooperativas de crédito. Disponível em: <<http://goo.gl/29qfMU>> Acesso em: 20 jan. 2016.
- BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; BRESSAN, A. A.; RESENDE FILHO, M. de A. Uma aplicação do sistema PEARLS às cooperativas de crédito brasileiras. *Revista de Administração*. São Paulo, v.46, n.3, p.258-274, jul/ago/set. 2011.
- CARVALHO NETO, A. A. de; SILVA; L. de C. *Critérios gerais de controle interno na administração pública – um estudo dos modelos e das normas disciplinadoras em diversos países*. 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/YLfk7w>> Acesso em: 25 mar. 2016.
- CECON, B.; HEINZEN, C.; SILVA, M. Z. A percepção dos gestores de cooperativas de crédito de Santa Catarina quanto à eficácia do controle interno. In: Seminários em Administração, 18, 2015, São Paulo. Anais... SEMEAD, 2015.
- COSO – COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION. *Gerenciamento de riscos corporativos - estrutura Integrada: Sumário Executivo*. São Paulo: PriceWaterHouseCoopers, 2007.
- _____. *Internal Control*. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/o1W774>> Acesso em 01 mar. 2016.
- ELIAS, Z. dos S. Controles internos em indústria plástica: estudo sobre controles internos com base na metodologia COSO. 116 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2010.
- FARIAS, R. P; DE LUCA, M. M. M.; MACHADO, M. V. V. A metodologia COSO como ferramenta de gerenciamento dos controles internos. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 12, n. 3, p. 55-71, 2010.
- FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. de. O cooperativismo de crédito no Brasil e a emergência de uma vertente solidária. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. v. 10, n. 2, mai-ago/2014, pp. 46-74
- IIA - The Institute of Internal Auditors. *Práticas para o Exercício Profissional da Auditoria Interna*. São Paulo: Audibra, 2016.
- KRENING, J. Adesão pelas cooperativas de crédito do estado de São Paulo à circular CMN 3.467/2009. Dissertação (Mestrado em Controladoria Empresarial) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.
- LORENZI, F. N. Estruturação de uma rotina de verificação de auditoria interna com base na metodologia COSO (COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATION). 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade de Cruz Alta. 2011.
- MAIA, M. S.; SILVA, M. R. da; DUEÑAS, R.; ALMEIDA, P. P. de; MARCONDE, S.; CHING, H. Y. Contribuição do sistema de controle interno para a excelência corporativa. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 1, n. 1, p 54 – 70, jan/abr. 2005.
- MEINEN, Ê. PORT, M. *Cooperativismo Financeiro. Percorso histórico, perspectivas e desafios*. Brasília: Confabras, 2014.

- OLIVEIRA, M. C. LINHARES, J. A implantação de controle interno adequado às exigências da Lei Sarbanes-Oxley em empresas brasileiras – um estudo de caso. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 7, 2007, São Paulo. Anais... FEA-USP, 2007.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. Disponível em: <<http://goo.gl/6oM5Q5>> Acesso em 20 fev. 2016.
- PINHEIRO, M. A. H. *Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil*. 6. ed. Brasília: BCB, 2008.
- RONCALIO, M. P. Controle interno na administração pública municipal: um estudo sobre a organização e a atuação de órgãos centrais de controle interno de municípios catarinenses com mais de 50.000 habitantes, frente às funções estabelecidas na Constituição Federal. 2009. 194 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2009.
- SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Cooperativas de Crédito - Série Empreendimentos Coletivos*. Disponível em: <<http://goo.gl/mnx174>> Acesso em 01 fev. 2016.
- SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. dos. *Fundamentos da Controladoria*. São Paulo: Atlas, 2006.
- SILVA, P. B. Proposta de adequação dos controles internos da UNICRED à metodologia COSO. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade de Cruz Alta. 2013.
- STUART, I. C. *Serviços de auditoria e asseguração na prática*. [S.l.]: Editora AMGH, 2014.
- UTZIG, M. J. S.; CARPES, A. M. da S.; CUNHA, P. R. da. Análise do Sistema de Controles Internos na Gestão de Riscos. In: Congresso Brasileiro de Custos, 19, 2012, Bento Gonçalves. Anais... CBC, 2012.
- VIER, M. G. Auditoria interna e o Gerenciamento de Riscos em Cooperativas de Crédito. *Revista de Negócios*, v. 7, mar/2009.
- WOCCU – World Council of Credit Unions. *Statistical Report 2014*. Disponível em: <<http://goo.gl/Iz2V3q>> Acesso em: 27 fev. 2016.
- ZANETTE, M. A.; NASCIMENTO, C. do; PFITSCHER, E. D.; ALBERTON, L. Gestão da informação, comunicação e monitoramento com base nos preceitos da metodologia COSO: Estudo Multicaso. *Revista del Instituto Internacional de Costos*, n. 5, jul/dez 2009.
- _____. Controle Interno no cooperativismo de crédito: um estudo de caso baseado nos componentes da metodologia COSO. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2007.